



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



MARIA SARIANE DE CARVALHO SOUSA

**OS POLICIAIS MILITARES DE GOIÁS E O USO DAS REDES SOCIAIS: análise dos
aspectos positivos e negativos da interação virtual**

GOIÂNIA-GO

2024

MARIA SARIANE DE CARVALHO SOUSA

OS POLICIAIS MILITARES DE GOIÁS E O USO DAS REDES SOCIAIS: análise dos aspectos positivos e negativos da interação virtual

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Profa. Carine Barsanulfo de Souza.

GOIÂNIA-GO

2024

OS POLICIAIS MILITARES DE GOIÁS E O USO DAS REDES SOCIAIS: análise dos aspectos positivos e negativos da interação virtual

THE MILITARY POLICE OF GOIÁS AND THE USE OF SOCIAL NETWORKS analysis of the positive and negative aspects of virtual interaction

Maria Sariane de Carvalho Sousa¹
Carine Barsanulfo de Souza²

Resumo

O uso das redes sociais tem se tornado uma prática comum entre os policiais militares, influenciando tanto sua vida profissional quanto pessoal. A interação deles com as redes sociais tem o potencial de melhorar a imagem institucional e promover campanhas de segurança pública, mas também apresenta riscos que precisam ser gerenciados. O objetivo da pesquisa é analisar o uso das redes sociais pelos policiais militares de Goiás, focando nos aspectos positivos e negativos dessa prática. Para tal utilizou questionários aplicados a policiais em formação para avaliar como eles interagem com essas plataformas no contexto profissional e pessoal. Os resultados mostraram que, enquanto as redes sociais facilitam a comunicação e a promoção de campanhas de segurança, também apresentam riscos significativos, como a exposição indevida de informações e potenciais ameaças à segurança pessoal dos policiais. A pesquisa revelou que há uma necessidade urgente de melhorar o treinamento e a comunicação das políticas de uso das redes sociais dentro da instituição. O estudo concluiu que a implementação de diretrizes mais claras e treinamentos contínuos são essenciais para garantir que o uso das redes sociais seja seguro e eficaz, protegendo tanto os policiais quanto a imagem da instituição.

Palavras-chave: Redes Sociais; Polícia Militar; Segurança Digital; Imagem Institucional.

Abstract

The use of social media has become a common practice among military police officers, influencing both their professional and personal lives. Their interaction with social media has the potential to enhance the institutional image and promote public safety campaigns, but it also presents risks that need to be managed. The objective of the research is to analyze the use of social media by the military police officers of Goiás, focusing on the positive and negative aspects of this practice. To this end, questionnaires were administered to officers in training to assess how they interact with these platforms in a professional and personal context. The results showed that while social media facilitates communication and the promotion of safety campaigns, it also poses significant risks, such as the improper exposure of information and potential threats to the personal safety of the officers. The research revealed an urgent need to improve training and communication of social media usage policies within the institution. The study concluded that the implementation of clearer guidelines and continuous training is essential to ensure that social media usage is safe and effective, protecting both the officers and the institution's image.

Keywords: Social Media; Military Police; Digital Security; Institutional Image.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: maria.sasousa@catolica.edu.br Telefone: (61) 99171-9845

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bacharel em Direito e Pós Graduada em Políticas e Gestão de Segurança Pública. e-mail: cbarzanulfo@gmail.com Telefone (62) 98257-3040

1 INTRODUÇÃO

A utilização das redes sociais tornou-se uma parte integrante da vida moderna, afetando diversos aspectos sociais, culturais e profissionais. No contexto específico dos profissionais de segurança pública, como os policiais militares, as redes sociais apresentam um conjunto único de desafios e oportunidades. Por um lado, as redes sociais oferecem uma plataforma poderosa para a comunicação e interação com a comunidade, por outro, também apresenta desafios significativos para os policiais militares (Alcadipani; Medeiros, 2016).

As postagens feitas em redes sociais pessoais podem ser facilmente interpretadas de forma inadequada ou fora de contexto. A exposição excessiva na internet pode representar um risco à segurança pessoal dos policiais, especialmente em um contexto em que criminosos podem utilizar informações publicamente disponíveis para identificar e ameaçar agentes da lei (Alcadipani; Medeiros, 2016). É fundamental que os policiais compreendam os limites éticos e legais do uso das redes sociais em sua vida pessoal e profissional, bem como estejam cientes das implicações de suas ações online para a imagem da instituição policial e para sua própria segurança.

De acordo com o Portal Goiás (2024) com a expansão da digitalização, a Polícia Militar de Goiás, como reportado recentemente, enfrenta desafios complexos em equilibrar a liberdade de expressão e a necessidade de manter a disciplina e a imagem institucional. Os novos regulamentos destacam a importância de evitar publicações que possam comprometer operações ou a segurança dos policiais, refletindo um esforço para minimizar os riscos associados à exposição online.

Apesar dos policiais militares poderem usar as redes sociais para divulgar informações relevantes, alertas de segurança, promover campanhas de prevenção e engajar-se de forma mais próxima com os cidadãos que servem o uso inadequado das redes sociais pode gerar uma série de consequências negativas. Portanto, compreender como os policiais utilizam as redes sociais para se conectar com a comunidade pode fornecer resultados para fortalecer a relação entre a polícia e a sociedade.

A pesquisa também se justifica pela importância de promover uma reflexão crítica sobre as implicações éticas, legais e psicossociais do uso das redes sociais na vida dos policiais militares. Ao analisar os aspectos positivos e negativos do uso das redes sociais, podemos desenvolver políticas mais eficazes e orientações claras para ajudar os policiais a navegar nesse ambiente digital de maneira responsável e ética.

O estudo questiona até que ponto os policiais estão cientes das diretrizes relacionadas ao uso dessas plataformas tanto pessoal quanto profissionalmente, como elas são utilizadas para comunicação com a comunidade, os riscos associados ao seu uso inadequado, e o nível de orientação e treinamento recebido para um uso responsável.

O objetivo geral deste artigo é explorar os impactos positivos e negativos, enquanto os objetivos específicos incluem avaliar o conhecimento dos policiais sobre as normas, investigar o uso das redes para interação com a comunidade, identificar os riscos principais e analisar as práticas institucionais existentes. A metodologia combina abordagens qualitativas e quantitativas, utilizando questionários e análise de documentos para obter dados que auxiliem na melhoria das políticas e práticas relacionadas ao uso ético das redes sociais.

2 REVISÃO TEÓRICA

Redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram tornaram-se ferramentas essenciais para as agências de aplicação da lei não apenas para fins de investigação, mas também como meios de comunicação direta com o público. Essas plataformas permitem que as forças policiais publiquem atualizações em tempo real, alertas de segurança, conselhos preventivos e campanhas de conscientização. Alcadipani e Medeiros (2016) destacam como policiais usam essas plataformas para criar comunidades e discutir questões relativas à segurança pública, o que pode fortalecer a confiança e melhorar a imagem da polícia.

O uso das redes sociais por policiais militares implica uma complexa interseção entre a eficácia operacional e a responsabilidade ética. Segundo Alcadipani e Medeiros (2016), as redes sociais oferecem uma plataforma significativa para a expressão individual dos policiais, bem como um meio para fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade. No entanto, isso também levanta preocupações sobre privacidade e segurança tanto para os policiais militares quanto para os cidadãos envolvidos.

O uso estratégico das redes sociais pode proporcionar transparência e promover uma imagem mais positiva da polícia, como evidenciado em estudos sobre a cultura organizacional (Assumpção et al., 2019). Estes benefícios, no entanto, exigem políticas claras e treinamento adequado para mitigar os riscos associados, incluindo o manejo de informações sensíveis e a manutenção da conduta profissional online, conforme sugerido por Berberino e Araújo (2023).

A implementação de diretrizes rigorosas e programas de formação contínua é fundamental para equilibrar os benefícios das redes sociais com a necessidade de proteger tanto os profissionais quanto o público (Coelho, 2022). Essa abordagem dual sublinha a complexidade

do uso das redes sociais na segurança pública, exigindo uma gestão cuidadosa para maximizar seu potencial enquanto minimiza seus riscos inerentes.

Essas políticas são fundamentais para assegurar que os policiais militares utilizem as plataformas de maneira ética e profissional, protegendo tanto a integridade individual quanto institucional. Conforme Berberino e Araújo (2023) destacam, a criação de regulamentos específicos pode ajudar a definir claramente o que é considerado uma conduta apropriada e inapropriada online, evitando assim conflitos éticos e legais. Como notado por Jesus (2023), a exploração de operações policiais em mídias sociais requer uma abordagem cuidadosa para não comprometer as operações ou a segurança dos envolvidos.

Além das diretrizes gerais, a implementação efetiva requer que essas políticas sejam adaptáveis às mudanças tecnológicas e culturais contínuas. Como mencionado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023), as diretrizes devem ser revisadas periodicamente para responder às novas tendências das redes sociais e garantir que sejam relevantes e eficazes na proteção dos interesses tanto dos policiais quanto do público. Esta flexibilidade é elementar para manter a eficácia das políticas em um ambiente digital em rápida evolução.

A adesão a essas diretrizes também precisa ser monitorada de forma rigorosa. Segundo a análise de Jesus (2023), é fundamental estabelecer sistemas de accountability e mecanismos de feedback dentro das forças policiais para garantir que as políticas sejam respeitadas. Sem uma fiscalização efetiva, até mesmo as diretrizes mais bem elaboradas podem falhar em alcançar seus objetivos.

É importante que estas diretrizes sejam comunicadas de maneira clara e acessível a todos os policiais. Conforme destacado por Berberino e Araújo (2023), a educação e o entendimento das políticas são tão importantes quanto a sua elaboração. Workshops, seminários e materiais de treinamento regulares podem ajudar a garantir que todos os policiais militares entendam suas responsabilidades e os limites dentro dos quais podem operar nas redes sociais.

O treinamento e a conscientização sobre o uso seguro e responsável das redes sociais são essenciais para os policiais. Coelho (2022) ilustra a importância de programas educacionais que não apenas instruem sobre as habilidades técnicas necessárias para a navegação eficaz nas redes, mas também enfatizam as implicações éticas e legais de suas atividades online. Esses programas devem incluir cenários práticos e simulações para preparar os policiais para enfrentar dilemas reais que possam surgir no uso dessas plataformas, conforme recomendado por Assumpção et al. (2019), que enfatizam a influência das mídias sociais na cultura organizacional.

O envolvimento dos policiais no processo de formação das diretrizes pode aumentar a adesão e a aplicabilidade das políticas. Coelho (2022) sugere que incluir policiais nas discussões

sobre as diretrizes de mídia social pode auxiliar no entendimento sobre os desafios práticos que enfrentam e melhorar as estratégias de mitigação de riscos. Esta abordagem colaborativa pode também aumentar a aceitação e o respeito pelas políticas estabelecidas.

Adicionalmente, o treinamento deve focar não apenas os aspectos legais e éticos, mas também as habilidades de comunicação digital. A capacidade de interagir efetivamente e de maneira profissional nas redes sociais é essencial, como destaca Assumpção et al. (2019). Treinamento em habilidades de comunicação pode ajudar os policiais a expressarem-se de maneira clara e eficaz, minimizando mal-entendidos e potenciais conflitos.

Ressalta-se a importância de que os policiais recebam suporte contínuo e recursos para lidar com as situações complexas que podem surgir de interações nas redes sociais. A disponibilidade de conselheiros ou especialistas em mídia social dentro das forças policiais, como mencionado por Coelho (2022), pode fornecer um suporte vital para os policiais militares, ajudando-os a navegar por questões complicadas que surgem no exercício de suas funções online.

Os impactos do uso das redes sociais por policiais estendem-se desde a melhoria da comunicação com o público até potenciais riscos de segurança. A visibilidade aumentada pode promover uma imagem mais acessível e transparente da polícia, mas também expõe os policiais a críticas e ataques, tanto online quanto físicos (Ribeiro, 2023). Santos (2023) discute como a padronização de fotografias e postagens pode ajudar a manter a profissionalidade e coesão visual, evitando postagens que possam ser vistas como controversas ou que desviem dos valores institucionais.

A vigilância constante nas redes sociais também pode gerar um grande estresse para os policiais, que precisam equilibrar a transparência com a segurança pessoal. Conforme Ribeiro (2023) observa, os policiais frequentemente se encontram sob escrutínio público, o que pode levar a uma pressão adicional e afetar o seu bem-estar mental. Estratégias de suporte e programas de bem-estar são necessários para ajudar os policiais a gerenciar esses desafios.

O uso das redes sociais pode facilitar novas formas de engajamento comunitário. Santos (2023) explica que campanhas bem planejadas e interações positivas nas redes sociais podem fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade, promovendo uma imagem mais colaborativa e acessível da polícia. Este engajamento pode ser particularmente eficaz em alcançar os jovens e em áreas onde a confiança na polícia é baixa.

No entanto, os erros nas redes sociais podem ter consequências duradouras. Uma postagem mal considerada pode não apenas prejudicar a imagem do oficial envolvido, mas também da instituição policial como um todo. A capacidade de gerenciar essas plataformas de

forma eficiente e ética é, portanto, fundamental para a eficácia e a integridade da aplicação da lei na era digital.

A questão da liberdade de expressão versus a responsabilidade profissional é particularmente pertinente no contexto das redes sociais. Policiais, como cidadãos, têm o direito à liberdade de expressão, mas essa liberdade é temperada pela necessidade de manter a conduta profissional e respeitar as diretrizes institucionais. O equilíbrio entre esses dois aspectos é importante para evitar que as expressões pessoais nas redes sociais comprometam a objetividade e a neutralidade exigidas pela profissão (O Globo, 2023). A formulação de políticas claras e a educação continuada são recomendadas para garantir que os policiais possam navegar por essas águas muitas vezes turbulentas sem prejudicar sua carreira ou a integridade da força policial.

A tensão entre a liberdade de expressão e a responsabilidade profissional é especialmente prevalente nas redes sociais, onde linhas pessoais e profissionais podem se confundir. Policiais Militares precisam ser diligentes em separar suas opiniões pessoais das suas responsabilidades profissionais para evitar conflitos de interesse e preservar a neutralidade profissional, como ilustrado nas recomendações do MPF e DPU relatadas pelo O Globo (2023).

Os policiais, enquanto figuras públicas, devem exercer a liberdade de expressão com cautela para não comprometer a confiança do público em sua capacidade de agir de forma justa e imparcial. A formação contínua e as diretrizes claras são essenciais para ajudá-los a navegar por essas questões, conforme os desafios destacados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023).

Como o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023) menciona, as diretrizes devem ser revisadas periodicamente para responder às novas tendências das redes sociais e garantir que sejam relevantes e eficazes na proteção dos interesses tanto dos policiais quanto do público. Esta flexibilidade é vital para manter a eficácia das políticas em um ambiente digital em rápida evolução.

A adesão a essas diretrizes também precisa ser monitorada de forma rigorosa. A análise de Jesus (2023) destaca a importância de estabelecer sistemas de responsabilidade e mecanismos de feedback dentro das forças policiais para garantir que as políticas sejam respeitadas. Sem uma fiscalização efetiva, até mesmo as diretrizes mais bem elaboradas podem falhar em alcançar seus objetivos.

Nesse sentido, Berberino e Araújo (2023) enfatizam que a educação e o entendimento das políticas são tão importantes quanto a sua elaboração. Workshops, seminários e materiais de treinamento regulares podem ajudar a garantir que todos os Policiais Militares entendam suas

responsabilidades e os limites dentro dos quais podem operar nas redes sociais, promovendo uma cultura de uso consciente e responsável dessas poderosas ferramentas de comunicação.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa sobre o uso das redes sociais por alunos soldados em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás adota uma abordagem quantitativa, centrando-se na aplicação de questionários. Este método foi escolhido para obter uma visão ampla e mensurável das atitudes, do conhecimento e das práticas dos alunos em relação às redes sociais dentro de um contexto profissional e pessoal.

A revisão da literatura inicial estabelecerá uma base teórica robusta, delineando estudos anteriores e teorias relevantes que contextualizam o uso das redes sociais por profissionais de segurança pública. Com base nessa revisão, o questionário será desenvolvido, contendo uma série de questões fechadas que facilitarão a análise estatística dos dados coletados. As perguntas serão desenhadas para capturar dados específicos sobre como esses futuros policiais interagem com as redes sociais e percebem seus impactos em sua formação e prática profissional.

A população de estudo consistirá exclusivamente de alunos soldados da Academia de Polícia Militar de Goiás, selecionados por conveniência para participar da pesquisa. Espera-se que a amostra represente uma fração significativa dessa comunidade, proporcionando dados suficientes para análises estatísticas confiáveis.

Os questionários serão distribuídos eletronicamente, utilizando plataformas como o Google Forms, o que garantirá a facilidade de acesso para os participantes e ajudará a manter a anonimidade e a confidencialidade das respostas. Esta abordagem não apenas maximiza a eficiência da coleta de dados, mas também minimiza a interferência do pesquisador, reduzindo o viés potencial.

Os dados coletados serão então analisados utilizando análise descritiva e inferencial, serão aplicadas para identificar padrões e tendências significativas. Esta análise ajudará a esclarecer como o uso das redes sociais influencia a vida dos alunos soldados, tanto positiva quanto negativamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O POP da Polícia Militar de Goiás estabelece uma estrutura robusta para o uso de redes sociais, promovendo uma interação segura, ética e profissional dos policiais com o público,

conforme apresentado na Tabela 1. Através de treinamentos regulares, monitoramento contínuo e revisões periódicas das políticas, a PMGO busca garantir que seus membros estejam bem preparados para navegar no ambiente digital de maneira responsável.

Tabela 1 – Compilado do POP sobre redes sociais

Aspecto	Detalhes
Comportamento online	Postura ética e profissional, evitar conteúdo que comprometa a imagem da instituição.
Conteúdos permitidos	Informações institucionais, campanhas educativas, interações positivas.
Conteúdos proibidos	Opiniões políticas pessoais, informações sensíveis, críticas à instituição, comentários depreciativos.
Uso durante o serviço	Limitações rigorosas, exceto para funções de comunicação institucional.
Preservação da imagem	Evitar exposição desnecessária de símbolos e uniformes.
Treinamentos	Semestrais, com cenários práticos e simulações.
Monitoramento	Sistemas de monitoramento contínuo.
Revisão das políticas	Procedimentos regulares para revisão e atualização.
Sanções por violações	Advertências, suspensão, demissão.
Exemplos de casos anteriores	Documentação de casos onde as diretrizes foram aplicadas.

Fonte: A Autora (2024).

Os policiais devem manter uma postura ética e profissional em todas as suas interações online. É fundamental evitar a postagem de conteúdos que possam comprometer a imagem da instituição ou violar a privacidade de colegas e familiares. A orientação é clara: a conduta nas redes sociais deve refletir os valores e a missão da Polícia Militar.

O POP especifica os tipos de conteúdo que são permitidos e os que são proibidos. Conteúdos permitidos incluem informações institucionais, campanhas educativas e de conscientização, e interações positivas com a comunidade. Por outro lado, conteúdos proibidos abrangem opiniões políticas pessoais, informações sensíveis sobre operações policiais, críticas à instituição e comentários depreciativos.

As interações com o público nas redes sociais devem ser conduzidas com cortesia e profissionalismo. Questões sensíveis ou críticas devem ser direcionadas para canais oficiais de comunicação da PMGO, garantindo uma resposta adequada e institucional.

Há limitações rigorosas ao uso de redes sociais durante o horário de serviço, exceto para funções relacionadas à comunicação institucional. Esta medida visa assegurar que o uso das redes sociais não interfira nas atividades operacionais dos policiais. O POP orienta os policiais a preservar sua imagem pessoal e institucional, evitando a exposição desnecessária de símbolos e uniformes em postagens pessoais. Este cuidado é essencial para manter a credibilidade e a segurança dos policiais e da instituição.

Os treinamentos são realizados semestralmente e cobrem as políticas de uso de redes sociais, incluindo cenários práticos e simulações de interações online. Isso garante que os

policiais estejam bem informados e preparados para lidar com diferentes situações nas redes sociais. Os treinamentos incluem simulações de situações reais para ajudar os policiais a responder de forma adequada a diferentes tipos de interações nas redes sociais. Isso proporciona uma preparação prática e efetiva para enfrentar desafios no ambiente digital.

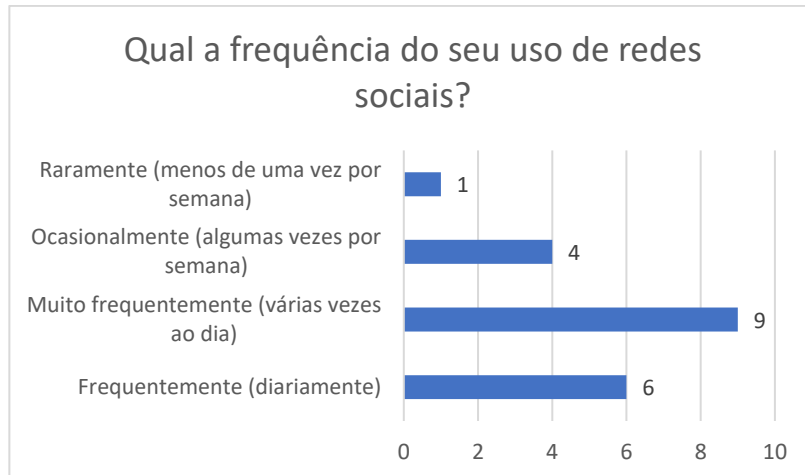
Existem sistemas de monitoramento para garantir que os policiais cumpram as políticas estabelecidas. Esse monitoramento é crucial para identificar e corrigir comportamentos inadequados nas redes sociais. Há procedimentos para revisar e atualizar regularmente as políticas de redes sociais, com base em feedback dos policiais e mudanças no ambiente digital. Isso assegura que as políticas permanecem relevantes e eficazes.

As possíveis sanções para violações das políticas de redes sociais incluem advertências, suspensão e, em casos graves, demissão. Essas sanções são aplicadas para manter a disciplina e a conformidade com as diretrizes institucionais.

A pesquisa com os alunos, contou com a participação de 20 alunos soldados da Academia de Polícia Militar de Goiás, focando em compreender os impactos do uso de redes sociais na vida profissional e pessoal dos policiais militares. A análise detalhada dos dados coletados por meio de questionários estruturados revela percepções variadas sobre o treinamento, a conscientização das políticas institucionais e os comportamentos relacionados ao uso de redes sociais.

Conforme o Gráfico 1, 75% dos participantes utilizam redes sociais com muita frequência (várias vezes ao dia), 30% usam diariamente e 20% ocasionalmente (algumas vezes por semana). Apenas 5% raramente acessam essas plataformas. Este padrão de uso frequente reflete a presença significativa dos policiais militares nas redes sociais, o que potencialmente amplifica tanto os benefícios quanto os riscos associados a essa prática. Segundo Assumpção et al. (2019), a presença constante nas redes sociais pode gerar uma sobrecarga de informações e pressão social, afetando o bem-estar mental dos usuários, especialmente os policiais militares que já enfrentam altos níveis de estresse no trabalho.

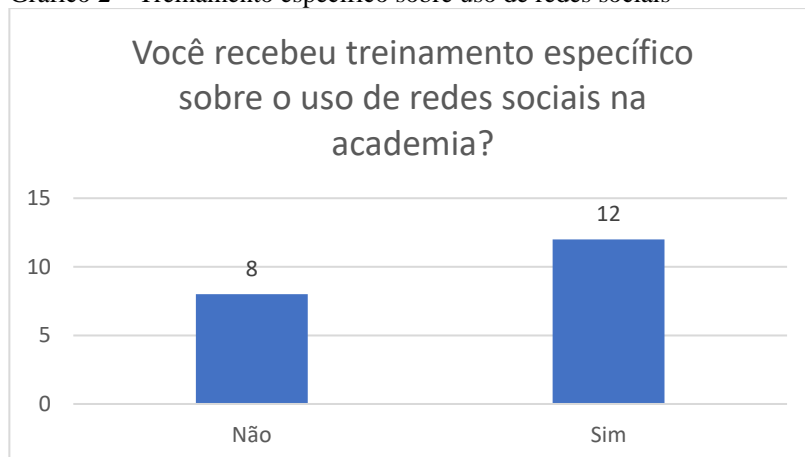
Gráfico 1 – Frequência do uso de redes sociais



Fonte: A Autora (2024).

Conforme o Gráfico 2, dos 20 participantes, 60% relataram ter recebido treinamento específico sobre o uso de redes sociais na academia, enquanto 40% não receberam.

Gráfico 2 – Treinamento específico sobre uso de redes sociais

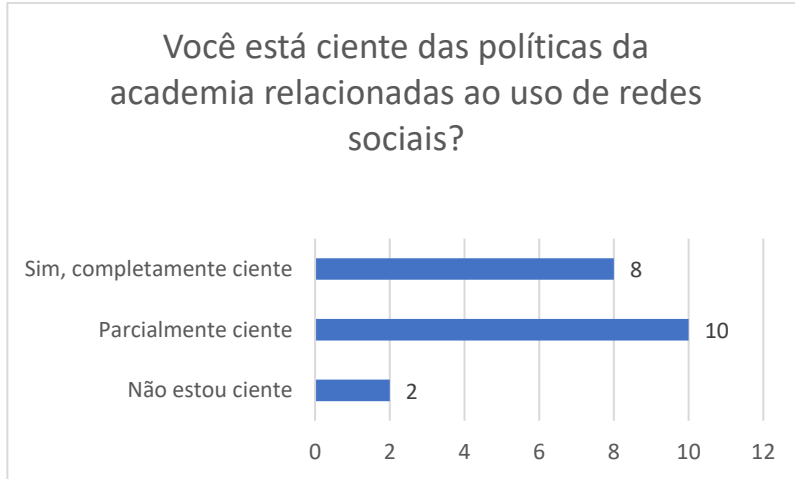


Fonte: A Autora (2024).

Esta disparidade sugere que, embora a maioria tenha acesso a orientações formais, ainda há uma parcela considerável que não foi capacitada, o que pode impactar a forma como utilizam essas plataformas. Alcadipani e Medeiros (2016) ressaltam que treinamentos específicos são essenciais para preparar os policiais a utilizar as redes sociais de maneira segura e profissional, minimizando os riscos de exposição e repercussões negativas.

Conforme o Gráfico 3, 40% dos participantes estão completamente cientes das políticas da academia sobre o uso de redes sociais, 50% estão parcialmente cientes e 10% não têm conhecimento dessas políticas.

Gráfico 3 – Políticas sobre o uso de redes sociais

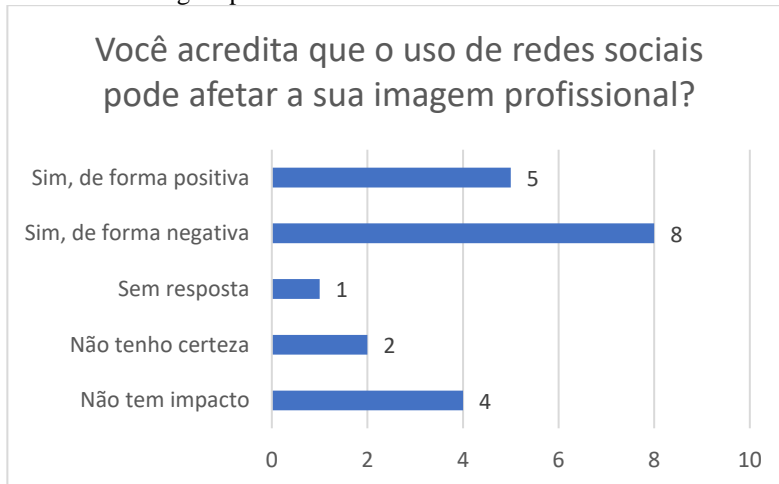


Fonte: A Autora (2024).

A consciência parcial ou total das políticas é fundamental para garantir o comportamento adequado nas redes sociais, refletindo a necessidade de uma comunicação mais eficaz e abrangente dessas diretrizes. Conforme discutido por Coelho (2022), a falta de clareza nas políticas institucionais pode levar a interpretações errôneas e comportamentos inadequados online.

Conforme o Gráfico 4, ao serem questionados sobre o impacto do uso de redes sociais em sua imagem profissional, 40% dos participantes acreditam que pode haver um impacto negativo, enquanto 25% veem um impacto positivo e 20% consideram que não há impacto.

Gráfico 4 – Imagem profissional e redes sociais



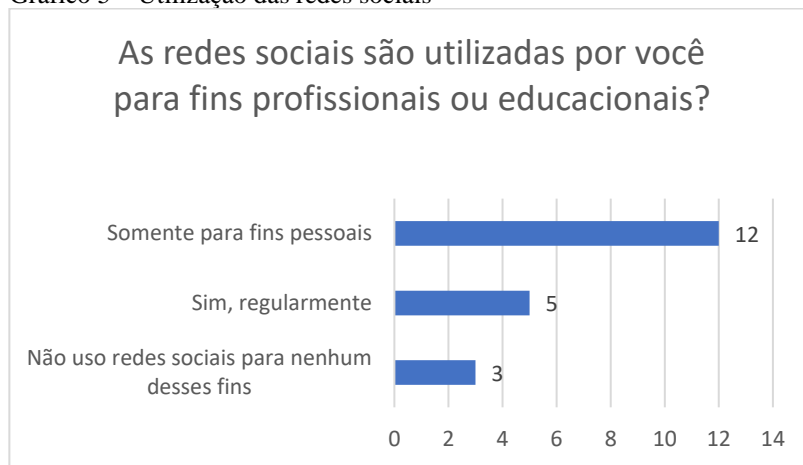
Fonte: A Autora (2024).

Este resultado destaca a percepção mista entre os alunos sobre como as redes sociais podem influenciar sua carreira, sublinhando a necessidade de uma orientação clara sobre comportamentos adequados. De acordo com Berberino e Araújo (2023), as redes sociais podem

ser uma faca de dois gumes, onde o uso inadequado pode comprometer a imagem e a carreira dos policiais.

Conforme o Gráfico 5, a maioria dos participantes (60%) utiliza redes sociais apenas para fins pessoais, 25% para fins profissionais ou educacionais regularmente, e 15% não as usam para esses fins. Diante desse resultado, a maioria dos policiais militares separa suas atividades profissionais de suas atividades pessoais nas redes sociais. Conforme observado por Assumpção et al. (2019), a utilização das redes sociais para fins educacionais pode ser benéfica, proporcionando um espaço para aprendizagem contínua e troca de conhecimentos.

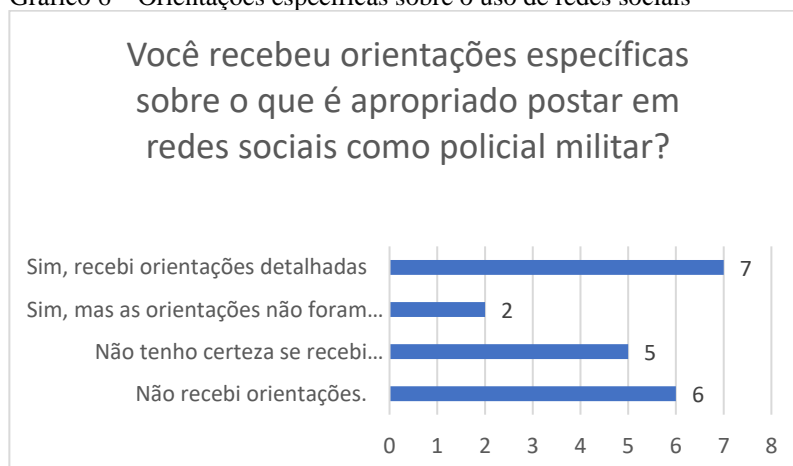
Gráfico 5 – Utilização das redes sociais



Fonte: A Autora (2024).

Conforme o Gráfico 6, apenas 35% dos participantes relataram ter recebido orientações detalhadas sobre o que é apropriado postar, enquanto 30% não receberam nenhuma orientação, e 25% não têm certeza se receberam.

Gráfico 6 – Orientações específicas sobre o uso de redes sociais



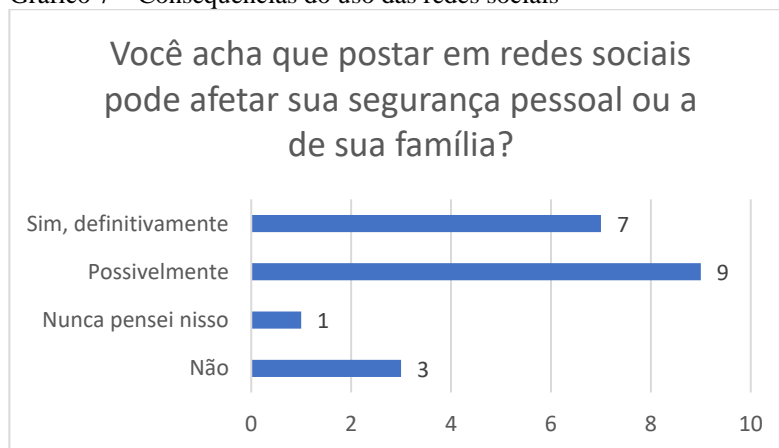
Fonte: A Autora (2024).

Esse dado destaca uma área crítica onde a formação pode ser aprimorada para evitar comportamentos que possam comprometer a imagem da instituição. Como destacado por Alcadipani e Medeiros (2016), orientações claras e detalhadas são essenciais para guiar os policiais no uso seguro e responsável das redes sociais.

Os participantes indicaram que evitam postar conteúdos como opiniões políticas pessoais (30%), informações pessoais ou familiares (10%), e fotos ou vídeos de operações policiais (10%). Estes resultados refletem uma consciência dos tipos de conteúdo que podem ser mais sensíveis ou prejudiciais. Segundo Ribeiro (2023), evitar postagens que possam comprometer a segurança ou a imagem profissional é uma prática recomendada para os policiais militares.

Conforme o Gráfico 7, a maioria dos participantes (45%) acredita que postar em redes sociais pode possivelmente afetar sua segurança pessoal ou de sua família, enquanto 35% afirmam que definitivamente afeta, e 15% não veem impacto. Este dado sublinha a importância da conscientização sobre os riscos de segurança associados ao uso de redes sociais. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (2012) discutiu os riscos que a exposição nas redes sociais pode trazer, especialmente para profissionais de segurança.

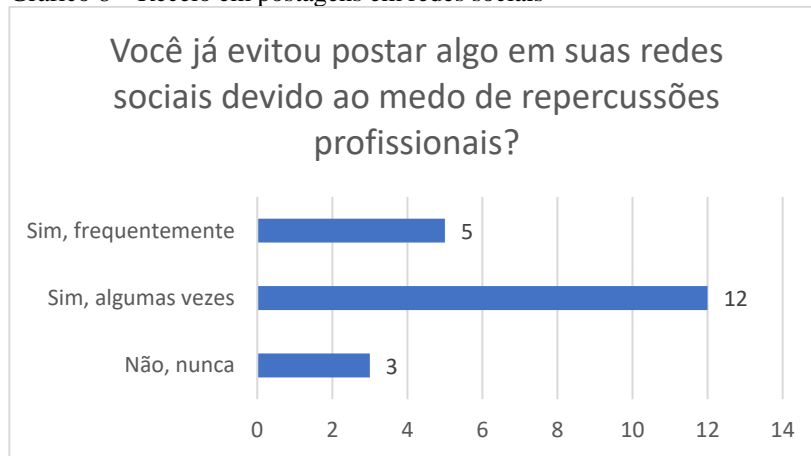
Gráfico 7 – Consequências do uso das redes sociais



Fonte: A Autora (2024).

Conforme o Gráfico 8, a maioria (60%) dos participantes evita postar em redes sociais por medo de repercussões profissionais algumas vezes, enquanto 25% o fazem frequentemente, e 15% nunca evitaram postar. Este comportamento indica um nível elevado de cautela e preocupação com as consequências profissionais de suas postagens. Conforme discutido por Berberino e Araújo (2023), a prudência nas postagens é essencial para evitar complicações legais e profissionais.

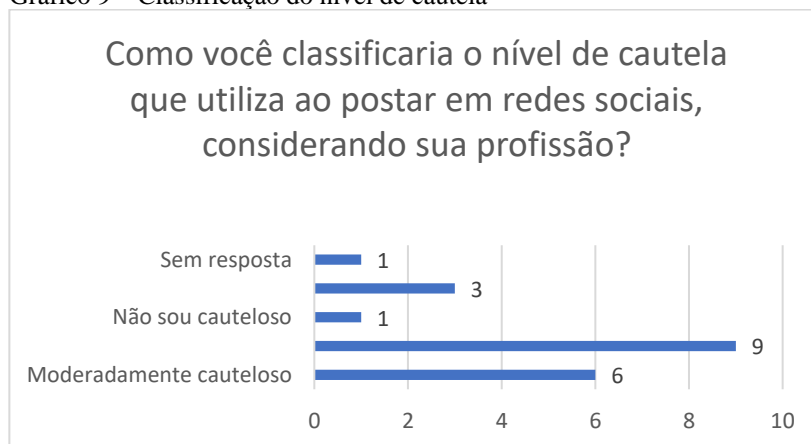
Gráfico 8 – Receio em postagens em redes sociais



Fonte: A Autora (2024).

Conforme o Gráfico 9, 45% dos participantes se consideram muito cautelosos ao postar, enquanto 30% são moderadamente cautelosos, 15% são pouco cautelosos, e 5% não são cautelosos.

Gráfico 9 – Classificação do nível de cautela

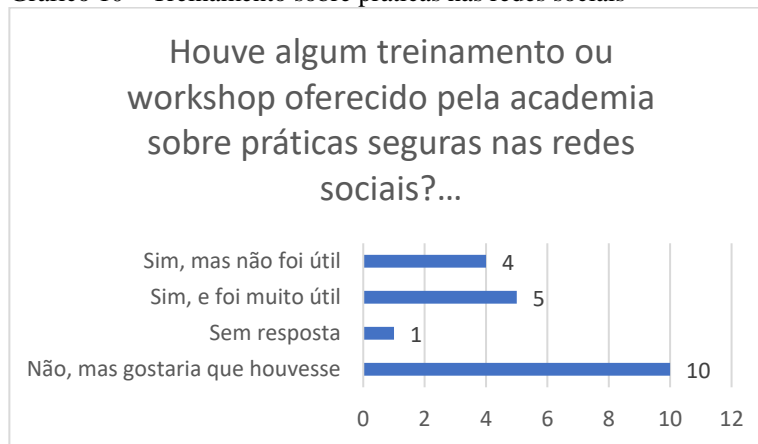


Fonte: A Autora (2024).

Este alto nível de cautela reflete uma conscientização sobre os potenciais impactos negativos de postagens imprudentes. A importância de uma abordagem cautelosa ao utilizar redes sociais é reforçada por Assumpção et al. (2019), que destacam a necessidade de uma presença online responsável.

Conforme o Gráfico 10, metade dos participantes (50%) expressou o desejo de que houvesse mais treinamentos ou workshops sobre práticas seguras nas redes sociais, enquanto 25% acharam os treinamentos oferecidos muito úteis.

Gráfico 10 – Treinamento sobre práticas nas redes sociais

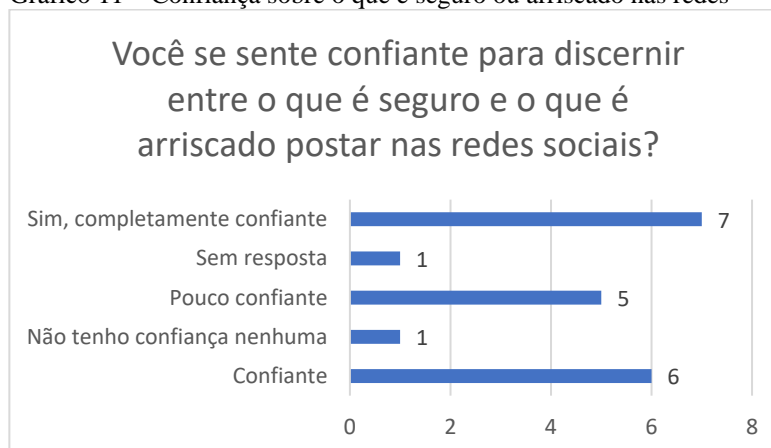


Fonte: A Autora (2024).

Este dado destaca uma demanda significativa por mais recursos educacionais nesta área. A importância de workshops e treinamentos contínuos é enfatizada por Alcadipani e Medeiros (2016) como uma forma de manter os policiais atualizados sobre as melhores práticas de uso das redes sociais.

Conforme o Gráfico 11, 35% dos participantes se sentem completamente confiantes para discernir entre o que é seguro e arriscado postar, enquanto 30% estão confiantes, no entanto, 25% são pouco confiantes.

Gráfico 11 – Confiança sobre o que é seguro ou arriscado nas redes

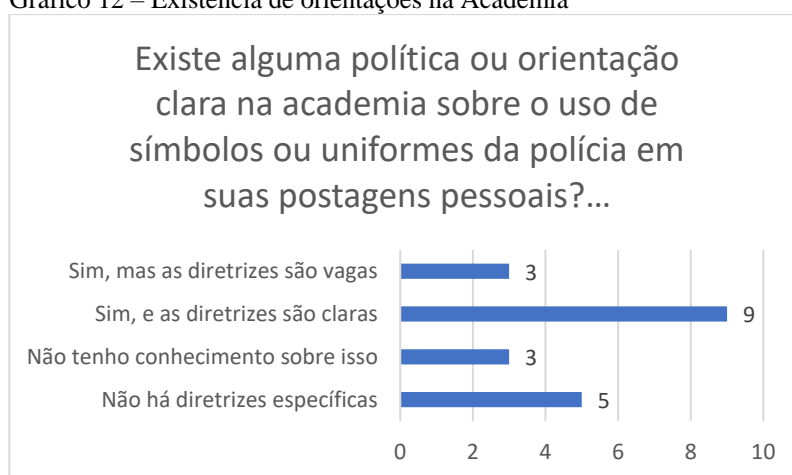


Fonte: A Autora (2024).

Esse resultado indica a necessidade de reforçar essa confiança por meio de treinamentos mais eficazes. A falta de confiança para discernir entre postagens seguras e arriscadas pode ser abordada por meio de programas educativos mais robustos, conforme discutido por Coelho (2022).

Conforme o Gráfico 12, 45% dos participantes confirmam a existência de diretrizes claras sobre o uso de símbolos ou uniformes da polícia em postagens pessoais, enquanto 25% afirmam que não há diretrizes específicas, e 15% não têm conhecimento dessas diretrizes. A presença de diretrizes claras é essencial para evitar mal-entendidos e comportamentos inadequados. Segundo Alcadipani e Medeiros (2016), diretrizes claras ajudam a definir limites e expectativas para os policiais no uso das redes sociais.

Gráfico 12 – Existência de orientações na Academia



Fonte: A Autora (2024).

Diante dos resultados, resta claro a necessidade de uma formação contínua e abrangente sobre o uso seguro e responsável das redes sociais pelos policiais militares. A alta frequência de uso e a percepção dos riscos associados sugerem que a academia deve intensificar seus esforços para fornecer treinamentos detalhados e orientações claras. As percepções mistas sobre o impacto das redes sociais na imagem profissional indicam que os alunos precisam de mais suporte para entender as implicações de suas atividades online.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de implementação de treinamentos mais robustos e a promoção de uma cultura de cautela e profissionalismo online são essenciais para garantir que os futuros policiais estejam bem preparados para navegar no ambiente digital de maneira segura e ética.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo aprofundou a análise sobre o uso das redes sociais pelos policiais militares de Goiás, destacando tanto os benefícios quanto os desafios dessa prática no contexto profissional. Ficou evidente que as redes sociais oferecem uma poderosa ferramenta para a

comunicação direta com a comunidade, permitindo que a polícia construa uma imagem de maior transparência e proximidade, além de facilitar a divulgação de campanhas educativas e de segurança pública. No entanto, essa mesma interação virtual apresenta riscos que não podem ser negligenciados.

Os resultados apontaram para a existência de uma utilização inconsistente e, em alguns casos, inadequada das redes sociais por parte dos policiais, o que pode levar à exposição indevida de informações sensíveis e à deterioração da imagem institucional. A pesquisa revelou que, apesar de muitos policiais reconhecerem os potenciais benefícios das redes sociais, há uma falta de clareza sobre as diretrizes institucionais que regem o seu uso, resultando em práticas que podem comprometer a segurança pessoal dos agentes e a credibilidade da instituição.

A ausência de treinamentos específicos e contínuos sobre o uso seguro e estratégico das redes sociais foi identificada como uma falha significativa na preparação dos policiais. A falta de uma política clara e a ausência de uma cultura de responsabilidade digital evidenciam a necessidade de um investimento maior em educação e conscientização dentro da corporação.

Para mitigar os riscos e maximizar os benefícios das redes sociais, este estudo conclui que a Polícia Militar de Goiás deve adotar uma abordagem mais estruturada e proativa. Isso inclui a criação e disseminação de diretrizes claras e específicas sobre o uso das redes sociais, bem como a implementação de programas de treinamento regulares que capacitem os policiais a utilizar essas plataformas de maneira segura, ética e alinhada com os objetivos institucionais. Apenas com essas medidas será possível garantir que as redes sociais se tornem um aliado eficaz na construção de uma relação positiva entre a polícia e a comunidade, promovendo a confiança e a segurança digital em todos os níveis.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; MEDEIROS, C. R. D. O. Policiais na rede: repertórios interpretativos nas manifestações discursivas de comunidades criadas por policiais no Facebook. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 7, p. 559-627, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Uso de redes sociais por militares é discutido em reunião na ALERJ**. Jusbrasil, [S.l.], 13 nov. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/uso-de-redes-sociais-por-militares-e-discutido-em-reuniao-na-alerj/112107577>. Acesso em: 13 jun 2024.

ASSUMPCAO, Mirian et al. Reflexos das mídias sociais na cultura organizacional da Polícia Militar. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 3, p. 394-417, 2019.

BERBERINO, Taylon Guimarães; ARAÚJO, Amanda de Campos. Liberdade de expressão frente ao crime de publicação ou crítica indevidado policial militar de minas gerais nas redes sociais. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, n. 1, 2023.

BRASIL. **Policiais terão que evitar publicações em redes sociais**. Radioagência Nacional, [S.l.], 13 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2023-10/policiais-terao-que-evitar-publicacoes-em-redes-sociais>. Acesso em: 14 jun 2024

COELHO, Derick. **Perfis da Polícia Militar de Pernambuco no instagram** : dinâmicas e aspectos da comunicação de contas militares com e sem vínculo oficial com a PMPE. 2022. 60 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS. **Forças policiais e regulação das redes sociais na pauta do Boa Noite Goiás**. Agência Brasil Central, [S.l.], 12 abr. 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/abc/forcas-policiais-e-regulacao-das-redes-sociais-na-pauta-do-boa-noite-goias/>. Acesso em: 13 jun 2024

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

JESUS, Gelson Mariano Paiva De. A exploração de operações policiais em mídias sociais. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 02 jan 2023, 04:04.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **MJSP edita portaria com novas diretrizes para redes sociais após ataques nas escolas**. Portal Gov.br, Brasília, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mj-sp-edita-portaria-com-novas-diretrizes-para-redes-sociais-apos-ataques-nas-escolas>. Acesso em: 13 jun 2024

O GLOBO. **MPF e DPU recomendam à Polícia Militar a criação de normas de uso das redes sociais para policiais militares**. O Globo, Rio de Janeiro, 18 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/07/18/mpf-e-dpu-recomendam-a-policia-militar-a-criacao-de-normas-de-uso-das-redes-sociais-para-policiais-militares.ghtml>. Acesso em: 13 jun 2024.

RIBEIRO, Douglas Wesley. Análise de riscos dos policiais militares do estado do paraná nas redes sociais. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 3, p. e432822-e432822, 2023.

SANTOS, Leônidas Vinício Borges. A padroniza o de fotografias em postagens nos grupos internos em redes sociais no âmbito da polícia militar do paraná. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 5, p. e453194-e453194, 2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como o uso das redes sociais afeta a vida pessoal e profissional dos alunos soldados na Academia de Polícia Militar de Goiás. Pretende-se analisar tanto os aspectos positivos quanto negativos associados ao uso dessas plataformas.

Como participante, você será solicitado a responder um questionário que inclui perguntas fechadas de múltipla escolha. O preenchimento do questionário deverá levar aproximadamente 10 a 15 minutos.

Não são esperados riscos significativos ao participar desta pesquisa. Os benefícios incluem contribuir para um melhor entendimento sobre o uso das redes sociais por profissionais em formação na área de segurança pública, o que pode resultar em melhorias nas políticas e práticas educacionais da academia.

Suas respostas serão completamente anônimas e não será possível identificar individualmente nenhum participante. Os dados coletados serão usados exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa.

Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você tem o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento sem penalidades ou perda de benefícios a que de outra forma teria direito.

Ao marcar a caixa abaixo e submeter o questionário preenchido, você indica que:

- Compreendeu as informações sobre a pesquisa.
- Teve a oportunidade de perguntar dúvidas e recebeu respostas satisfatórias.
- Concorda voluntariamente em participar da pesquisa.

Concordo

Não concordo

APÊNDICE B – CHECK LIST PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

1. Identificação de Documentos

Políticas oficiais da instituição sobre o uso de redes sociais.

Diretrizes éticas e de conduta profissional relacionadas às redes sociais.

Manuais de treinamento ou orientações sobre comunicação digital para os alunos soldados.

Relatórios internos ou estudos anteriores sobre o uso das redes sociais dentro da academia.

Documentos de regulamentação legal que influenciam o uso de redes sociais por funcionários públicos em Goiás.

2. Avaliação do Conteúdo

Verificar se os documentos contêm diretrizes específicas sobre tipos de conteúdos permitidos e proibidos nas redes sociais.

Identificar menções de casos disciplinares relacionados ao uso indevido das redes sociais.

Avaliar a presença de recomendações para a interação segura e ética nas redes sociais.

Examinar se existem protocolos para lidar com a exposição a conteúdos inapropriados ou perigosos.

3. Diretrizes de Uso

Checar a existência de limitações quanto ao uso de redes sociais durante o horário de serviço.

Procurar por orientações sobre a preservação da imagem e privacidade dos policiais e da instituição.

Identificar orientações sobre como responder a interações públicas nas redes sociais.

4. Treinamento e Educação

Investigar a existência de programas de treinamento para uso consciente e responsável das redes sociais.

Analisar a frequência e o conteúdo dos treinamentos oferecidos aos alunos soldados.

Verificar se os treinamentos incluem cenários práticos e simulações sobre o uso adequado das redes sociais.

5. Monitoramento e Revisão

Procurar por informações sobre como o cumprimento das políticas é monitorado pela academia.

Identificar procedimentos para revisão e atualização das políticas de redes sociais.

Avaliar se há feedback regular dos alunos soldados sobre a clareza e a eficácia das políticas existentes.

6. Consequências de Violações

Documentar as possíveis sanções para violações das políticas de redes sociais.

Examinar exemplos de casos passados onde as diretrizes foram aplicadas.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

Qual a frequência do seu uso de redes sociais?

Nunca uso

Raramente (menos de uma vez por semana)

Ocasionalmente (algumas vezes por semana)

Frequentemente (diariamente)

Muito frequentemente (várias vezes ao dia)

Você recebeu treinamento específico sobre o uso de redes sociais na academia?

Sim

Não

Você está ciente das políticas da academia relacionadas ao uso de redes sociais?

Sim, completamente ciente

Parcialmente ciente

Não estou ciente

Você acredita que o uso de redes sociais pode afetar a sua imagem profissional?

Sim, de forma positiva

Sim, de forma negativa

Não tem impacto

Não tenho certeza

As redes sociais são utilizadas por você para fins profissionais ou educacionais?

Sim, regularmente

Somente para fins pessoais

Não uso redes sociais para nenhum desses fins

Você recebeu orientações específicas sobre o que é apropriado postar em redes sociais como policial militar?

Sim, recebi orientações detalhadas.

Sim, mas as orientações não foram claras.

Não recebi orientações.

Não tenho certeza se recebi orientações.

Qual das seguintes opções você evitaria postar em suas redes sociais por ser um policial militar? (Selecione todas as aplicáveis)

Fotos ou vídeos de operações policiais.

Comentários sobre políticas internas da corporação.

Opiniões políticas pessoais.

Informações pessoais ou familiares.

Nenhuma restrição; eu postaria qualquer conteúdo.

Outros (especifique).

Você acha que postar em redes sociais pode afetar sua segurança pessoal ou a de sua família?

Sim, definitivamente.

Possivelmente.

Não.

Nunca pensei nisso.

Você já evitou postar algo em suas redes sociais devido ao medo de repercussões profissionais?

Sim, frequentemente.

Sim, algumas vezes.

Não, nunca.

Não uso redes sociais.

Como você classificaria o nível de cautela que utiliza ao postar em redes sociais, considerando sua profissão?

Muito cauteloso.

Moderadamente cauteloso.

Pouco cauteloso.

Não sou cauteloso.

Houve algum treinamento ou workshop oferecido pela academia sobre práticas seguras nas redes sociais?

Sim, e foi muito útil.

Sim, mas não foi útil.

Não, mas gostaria que houvesse.

Não e não considero necessário.

Você se sente confiante para discernir entre o que é seguro e o que é arriscado postar nas redes sociais?

Sim, completamente confiante.

Confiante

Pouco confiante.

Não tenho confiança nenhuma.

Existe alguma política ou orientação clara na academia sobre o uso de símbolos ou uniformes da polícia em suas postagens pessoais?

Sim, e as diretrizes são claras.

Sim, mas as diretrizes são vagas.

Não há diretrizes específicas.

Não tenho conhecimento sobre isso.